

Os movimentos estudantis na América Latina

Ruy Mauro Marini

Traduzido por Jonathan Henri Sebastião Jaumont¹

Nota do tradutor (Nt): O presente artigo, datado de julho de 1969, foi publicado em francês no ano de 1970 pela revista *Les temps modernes* (nº 291, p. 718-731). Fundada em 1945 por Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, *Les temps modernes* segue sendo editada até os dias atuais, sob a direção de Claude Lanzmann. Originalmente escrito em espanhol, o texto também foi reproduzido, naquele mesmo ano, na *Revista Rocinante*, editada entre 1968 e 1971 em Caracas, Venezuela; o número desta revista em que foi publicado o artigo de Marini, no entanto, não consta na Biblioteca Nacional da Venezuela e é de impossível acesso no Brasil. Posteriormente, o artigo foi reproduzido em diferentes revistas da América Latina: em 1972, em *Cuadernos Universitarios*, revista de Ciências Sociais da Universidad Autónoma de Santo Domingo – primeira universidade da América Latina – e, mais recentemente, em 1997, na revista do *Centro de Estudios Miguel Enríquez*, no Chile. É ilustrativo o fato de que, para a presente reprodução, foi mais fácil ter acesso à versão francesa de *Temps Modernes* do que qualquer outra publicada na América Latina.

Para esta tradução, além da versão francesa, o texto foi cotejado ao artigo em espanhol publicado em 1970 na revista *Ciencia Social* do Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción, no Chile, que se encontra disponível em: <http://>

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jojaumont@gmail.com.

marini-escritos.unam.mx/pdf/038_movimientos_estudiantiles.pdf. Optamos por incluir os subtítulos presentes na versão em espanhol acima destacada e ausentes na versão francesa. Por fim, é preciso sinalizar as valiosas contribuições de Fernando Corrêa Prado e do Comitê Editorial dos *Cadernos Cemarx* que, através de revisões criteriosas, colaboraram para uma melhor tradução.

A participação dos estudantes na vida política não constitui um fenômeno novo na América Latina. Há dez anos, chegou-se a considerar que esta atividade política distinguia essencialmente os movimentos estudantis latino-americanos de seus homólogos europeus e norte-americanos, orientados principalmente para o sindicalismo. Alguns chegaram a enxergá-lo como característica do subdesenvolvimento. Mas a crescente politização do movimento estudantil francês durante a guerra da Argélia transformou tal situação, ao passo que o fenômeno aparecia na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos. Enfim, a revolução de Maio consagrara definitivamente a militância política como um dos aspectos mais importantes dos movimentos estudantis modernos.

O fato de que este fenômeno existe há um século na América Latina não exclui a aparição, no seio dos movimentos estudantis, de novas características que os aproximam em numerosos pontos aos dos países capitalistas mais avançados. Para citar apenas dois elementos, constata-se a *crescente mobilização das massas estudantis*, rompendo com a ação das minorias vanguardistas de antigamente, e também uma *definição ideológica mais nítida*, que, em vez de fundar a ação sobre os problemas sociais em geral traduzidos em palavras de ordem abstratas e estranhas à consciência estudantil, dá lugar à militância baseada em uma consciência revolucionária do papel dos estudantes na luta de classes.

As formas nas quais se cristalizam as tendências variam consideravelmente segundo os países da América Latina. Considerando, entretanto, as manifestações estudantis mais notáveis dos últimos anos, percebemos que, apesar de suas singularidades – esquemas organizativos, modos de ação, conteúdos programáticos –, elas se definem precisamente pela mobilização massiva que provocaram e pelo papel que tentaram jogar na correlação de forças sociais prevalecente em seus países. Consequentemente, podemos supor que, em seus aspectos gerais, estes movimentos obedecem a determinações que transcendem a conjuntura do momento e se explicam naturalmente pelos fatores estruturais comuns a estes países, de modo que as condições nacionais desenham apenas a forma particular de cada movimento.

Convém tentar estabelecer um quadro geral de referências que permita analisar em detalhe os movimentos estudantis existentes atualmente na América Latina. A própria natureza do fenômeno nos conduziu, num primeiro momento, a examinar a situação da educação, com a finalidade de determinar a origem precisa dos movimentos estudantis, para então tentarmos extrair as razões que empurram os estudantes a superar a problemática propriamente educativa e se colocar como uma força individualizada no contexto mais geral da luta de classes. Para tanto, recorreremos a alguns exemplos que refletirão as modalidades do fenômeno.

Educação e desenvolvimento econômico

O traço mais marcante da recente evolução da situação do ensino na América Latina é provavelmente a expansão quantitativa da matrícula. As estatísticas falam por si mesmas: no período 1955-1965, registra-se um aumento de 60% no ensino fundamental, de 111% no médio e de 92% no superior. Como o sistema não aumentou suas estruturas proporcionalmente, este aumento traduziu-se pela diminuição da eficiência do ensino. Basta lembrar que, apesar das

boas intenções expressas repetidamente pelos governos, o orçamento da educação pública está longe de atingir os 4% do Produto Nacional Bruto, e que há casos, como o do Brasil, onde esta taxa diminuiu ao longo dos últimos anos. Por outro lado, a estrutura do gasto educativo mostra que, para o período 1955-1960, 90% do orçamento da escola fundamental foi consagrado a despesas de custeio (administração geral, salários, etc.) e 10% a despesas de investimentos (prédios, equipamentos, etc.); no nível médio, onde a expansão foi mais nítida, a proporção de tais despesas foi, respectivamente, de 95% e 5%, enquanto a do nível superior iguala a do nível fundamental (90% e 10%), em que pese a diferença na quantidade absoluta de matrículas entre ambos os níveis².

A contradição é evidente demais para não chamar a atenção. Não podemos explicá-la sem lembrar que a educação teve tradicionalmente na vida dos povos o papel de mecanismo de regulação entre as aspirações individuais e as formas de organização social. Sem voltar muito no tempo, a sociedade feudal, fundada sobre formas de produção primitivas e dominada pelos guerreiros e o clero, havia criado instituições educativas militares e teológicas para as classes dominantes. Ao mesmo tempo, em relação ao movimento das nascentes cidades, fornecia às classes burguesas um sistema de formação profissional relativamente elaborado. Na sociedade burguesa, submetida às leis de produção e troca de mercadorias, e dirigida por uma classe que funda seu poder sobre o papel diretor da burguesia frente a outras classes sociais, a prática educativa deu lugar pela primeira vez a um sistema nacional, aberto a princípio a todos os cidadãos e tendendo cada vez mais a tornar-se um instrumento regulador do mercado de trabalho.

A análise da evolução dos sistemas educativos europeus mostra claramente como a burguesia, tendo eliminado em grande parte a formação profissional após a mecanização que tornava

² UNESCO, *World Survey on Education*, tomos II (1950), III (1961) e IV (1966).

inútil a qualificação profissional, edificou um sistema adaptado às necessidades da economia capitalista. Por um lado, a estreita correlação que se pode observar entre expansão e diversificação do sistema educativo e, por outro, o processo de industrialização e de urbanização, refletem um desenvolvimento capitalista em si coerente.

O fenômeno latino-americano é muito diferente. Em regra geral, pode-se afirmar que a formação e o aumento do sistema educativo estão em estreita relação com o processo de urbanização, mas, na medida em que esta urbanização se desenvolve de uma maneira nitidamente autônoma em relação à industrialização, a evolução do sistema educativo tende a se tornar uma variável independente no quadro do desenvolvimento das forças produtivas. O século passado nos fornece o exemplo da Argentina e do Chile, que conheceram então uma urbanização desproporcional em relação ao seu desenvolvimento econômico; urbanização resultante, por um lado, de uma tendência natural das economias mineiras e pecuárias, e, por outro, do impacto da imigração europeia sobre o crescimento demográfico. É de se notar que a Argentina e o Chile viram crescer seus setores educativos a um ritmo muito superior se comparados a países como o Brasil e o México, onde a urbanização era menos acentuada.

A aceleração do processo de industrialização na América Latina a partir dos anos 1930, longe de corrigir este descompasso, torna mais grave a situação. Isso se deve, primeiramente, às novas condições do setor agrícola. Com efeito, o declínio da demanda mundial de matérias primas atravancava o crescimento das atividades ligadas à exportação, limitando assim a absorção de mão-de-obra³. De outra parte, o monopólio da propriedade fundiária que reina na maioria dos países

³ Isto se deve também, ainda que em menor medida, e durante o período posterior, à introdução de técnicas de produção destinadas a defender a capacidade competitiva da produção latino-americana no mercado mundial.

e os poucos casos de implantação de pequenas propriedades retiram do setor que produz para o mercado interno a flexibilidade necessária para aumentar sua oferta a um ritmo compatível com o mercado urbano em expansão, tornando-o incapaz de enfrentar o crescimento demográfico rural, enquanto que este tende mesmo a expulsar uma quantidade crescente de mão-de-obra.

A migração do campo para a cidade, que se produz a um ritmo acelerado, vai se chocar, entretanto, com a incapacidade da indústria de criar empregos suficientes e com uma expansão nitidamente anormal do setor terciário. Em relação à indústria, é preciso distinguir duas fases: a primeira – que vai até o final da década de 1940 –, durante a qual o aumento da demanda interna é atendido primordialmente mediante a utilização intensiva da maquinaria existente e o emprego extensivo da mão-de-obra, o que levou a um desenvolvimento moderado, ainda que sustentado, do emprego industrial; e a segunda, posterior a 1950, em que se eleva o nível tecnológico do setor industrial e, nos setores mais avançados da indústria, passa-se da utilização extensiva à utilização intensiva da mão-de-obra. Com isso, apesar do aumento da população, assiste-se, no setor industrial, a uma diminuição da mão-de-obra, que passa de 14,4 milhões de pessoas em 1950 a 14,3 em 1960⁴.

Naturalmente, a redução da mão-de-obra industrial não constitui em si um traço específico dos países latino-americanos. Esta se apresenta, na realidade, como uma característica geral do sistema capitalista das últimas décadas. A singularidade da situação latino-americana se expressa por dois traços: primeiro pela redução da quantidade de trabalho por unidade de produto – causada pelo progresso tecnológico – não corresponder a um aumento de massa de

⁴ “Les changements structureaux de l’emploi et du developement em Amérique latine”, de Z. Slawinski, *Bulletin Economique d’Amérique latine*, X, 2, outubro 1965, p. 164.

trabalho na empresa, aumento que seria a prova de uma relação estável entre mais-valia produzida e investimento produzido⁵; o segundo traço se refere ao que já dissemos sobre o setor terciário.

Os serviços ocupam uma população crescente na maioria dos países capitalistas, com uma particularidade para a América Latina: nos países centrais, o setor terciário cresce a partir de um dado ponto de industrialização e guarda certa proporção em relação à população; na América Latina, o mesmo não acontece⁶, visto que o crescimento do setor terciário tende a torná-lo independente da industrialização, a tal ponto que chega a descolar-se do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Se somarmos a isso as estruturas marcadamente monopolistas de distribuição da renda, concluiremos que aquele setor, além de se expandir de forma exagerada em relação ao aumento da riqueza nacional, também não recebe a parte da renda nacional correspondente à sua importância. A população deste setor tende, pois, a se marginalizar, tanto do ponto de vista produtivo, como do ponto de vista distributivo, isto é, em termos de emprego e de consumo⁷.

⁵ Se entre 1940 e 1950 a massa dos trabalhadores não diminuiu em números absolutos, sua participação baixou proporcionalmente, passando de 32,5% em 1940 a 26,8% em 1960. Ver os estudos feitos pela CEPAL sobre Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Honduras, México, Uruguai e a Venezuela. Entretanto, a CEPAL nota que a baixa de participação proporcional do emprego não teria ocorrido se a produção industrial, ao invés de aumentar a uma taxa de crescimento acumulado de 3,8%, tivesse crescido de 4,9%, taxa mínima necessária para o aumento do nível proporcional do emprego, permitindo assim ao setor absorver dois milhões de pessoas a mais. CEPAL, *Le processus d'industrialisation en Amérique latine*, vol. I, pp. 78- 79.

⁶ Um estudo comparado das estruturas de emprego mostra que as porcentagens da população dos setores secundários e terciários significavam respectivamente nos Estados- Unidos de 25-25 em 1880, 27-35 em 1900 e 37-50 em 1960; na Inglaterra, de 50-37 em 1881, de 51-40 em 1900 e de 49-46 em 1951; na França de 29-20 em 1886 e de 37-35 em 1954; enquanto isso, em 1960 a relação era de 21-57 na Argentina, 17-58 no Chile, 12-56 na Venezuela, 13-35 no Brasil, 17-30 no México e 15-31 no Peru. F.H.Cardoso e J.H.Reyna, *Industrialisation, structure de l'emploi et stratification sociale en Amérique latine*, versão preliminar, 1966, pp. 15-7.

⁷ Dispomos de poucos elementos para analisar o setor terciário na América Latina na dimensão

As políticas de ajuste

Nessa perspectiva, é difícil ligar de maneira rigorosa a expansão quantitativa da educação na América Latina às necessidades reais de recursos humanos e de qualificação que exige o desenvolvimento econômico. Esta expansão parece, na realidade, corresponder ao processo de urbanização que, como vimos, não marcha ao ritmo da industrialização, e, muito menos, do crescimento do setor agrícola. Desta análise sumária destacamos a hipótese segundo a qual *na América Latina o progresso da educação se dá na contracorrente do desenvolvimento das forças produtivas; ademais, a contradição existente entre os dois fenômenos, longe de se atenuar, tende a se agravar.*

Convém sinalizar que o fator que determina esta situação existe no conjunto dos países capitalistas e constitui um traço inerente ao sistema, com formas específicas na América Latina. De fato, a aceleração do desenvolvimento tecnológico, que caracteriza o sistema capitalista mundial, atualmente acentua cada vez mais a tendência de substituir massas crescentes de trabalhadores em benefício da máquina. Os progressos realizados no campo da eletrônica e da automação produzem o efeito inverso ao da tecnologia em seus primórdios: da substituição das operações do artesanato pela máquina, que poderia ser confiada a trabalhadores não-qualificados, passou-se ao agrupamento das operações em um conjunto de máquinas automatizadas cuja aparição reduz a mão de obra e a manipulação exige alta especialização. O impulso atual do ensino técnico representa, portanto, a contrapartida rigorosa da supressão da formação profissional – obra da burguesia em sua fase de ascensão. Por outro lado, a exigência de um corpo técnico sempre melhor preparado para encarar as frequentes mudanças tecnológicas e os desdobramentos dos níveis de ensino, com as carreiras pré-profissionais e os cursos “post-

de sua estrutura ocupacional e sua estratificação social. Alguns autores assinalam no entanto que sob a rubrica “serviços diversos” ou “atividades não especificadas” está velado um desemprego disfarçado que atinge 15% da força de trabalho. Cf. CARDOSOS e REYNA, *op. cit.*, p. 28.

graduate”, mostram que os sistemas educativos tentam satisfazer as duas vias pelas quais a sociedade burguesa procura seus “talentos”: a *seleção e a sofisticação*. Estas características se estendem igualmente às carreiras não-técnicas, onde se formam o corpo administrativo, os assistentes psicotécnicos, os sociólogos industriais e os especialistas em economia exigidos pela empresa capitalista moderna.

Entretanto, a capacidade de absorção das crescentes quantidades de mão-de-obra qualificada que sai das Universidades, dos institutos tecnológicos e das escolas técnicas, nas economias mais avançadas, depende de certo número de fatores entre os quais convém citar:

a) A alta produtividade da mão-de-obra, ou seja, a dimensão da mais-valia extraída;

b) A exploração dos países subdesenvolvidos, cuja mais-valia gera lucros substanciais;

c) A capacidade de reivindicação e de discussão das massas para as questões de salário e de emprego. A este respeito, é significativo perceber que a proporção de três técnicos médios por um engenheiro – o que corresponde aproximadamente às normas da indústria, com variantes segundo os setores – não se observa em nenhum país latino-americano, chegando ao ponto, como no México, em que esta proporção é rigorosamente inversa, de modo que o engenheiro é reduzido à função e ao salário do técnico médio.

Frente a este quadro, podemos nos perguntar como se mantém a tendência expansiva do sistema educativo latino-americano. Esta se explica pela pressão das massas urbanas – principalmente a classe média – que lutam para obter a qualificação necessária à sua integração no sistema de produção; trata-se, em suma, de uma solução política sem relação direta com as exigências próprias do sistema econômico. Entretanto, já podemos observar, sobretudo nos países mais desenvolvidos economicamente, tentativas de mudança na política educacional.

O caso que mais se destaca é o do Brasil, onde desde o golpe militar de 1964 o governo passou a assinar com a U.S.A.I.D. (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) acordos destinados a assentar as bases da reforma universitária. Os estudos efetuados pela comissão mista criada para tal não foram oficialmente divulgados, mas influenciaram a política do governo que não somente reduziu o orçamento do ensino público, mas enveredou-se por esquemas de financiamentos do ensino superior pelo setor privado – de modo que as instituições de ensino público devam ser convertidas em fundações privadas e a gratuidade da matrícula suprimida. Este plano foi concebido por Rudolph Atcon, especialista da UNESCO, antigo assessor das universidades brasileiras (após ter exercido funções similares no Chile e em outros países da América Latina), cujo livro *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira* defende abertamente a tese segundo a qual “a Universidade é uma grande empresa e não uma administração pública”. A oposição a tais planos e às medidas oficiais de restrição foi um dos fatores de mobilização dos estudantes brasileiros, cujas violentas manifestações de rua em 1968 levaram o governo a não renovar seu acordo com a U.S.A.I.D. – acordo que se havia findado no mês de junho do mesmo ano.

Esta tendência não se limitou ao Brasil. Em seu relatório ao Congresso de 1966, o presidente do México, Gustavo Díaz Ordaz, declarou que “por causa do desenvolvimento intensivo de nosso sistema educativo, a demanda tende a ultrapassar consideravelmente as possibilidades orçamentárias dos governos a nível federal, estadual e municipal”, e que, por esta razão, “o ensino superior não poderia manter sua quase-gratuidade”, julgando oportuno que “esforços privados” venham somar-se, nesta esfera, aos governamentais. Na Argentina, berço da reforma universitária latino-americana, o governo militar do general Juan Carlos Onganía suprimiu a autonomia universitária e a cogestão estudantil. Em setembro de 1968, a Federação Universitária Argentina (FUA) denunciou o projeto governamental que reduziria a população universitária de 70.000 a 15.000 estudantes e, mesmo após

nota oficial do governo desmentindo este projeto, houve um aumento nos níveis dos exames de entrada; citemos o caso da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, onde 75% dos candidatos não passaram, sendo que o nível dos exames esteve, na opinião dos pais, muito superior aos conhecimentos de estudantes secundaristas. Enfim, lembremos que, no Peru, depois do golpe de estado militar que derrubou o presidente Belaunde Terry, o general Alfredo Arrisueno, novo ministro da Educação, anunciou um corte de 30 a 40% no orçamento da educação superior.

Não podemos atribuir estes fatos a uma tendência obscurantista que teria prevalecido na América Latina. Em certa medida é o efeito de preocupações de ordem política. Ou seja, a diminuição orçamentária e a restrição dos matriculados representam, na América Latina, uma manifestação da luta de classes e, mais concretamente, traduzem uma tentativa de desarticular um dos setores melhor organizados e mais combativos da população. Estas preocupações se revelam principalmente na intervenção norte-americana na vida universitária, canalizada pela U. S. A. I. D., B. I. D. (Agência para o Desenvolvimento Internacional), O. E. A. (Organização dos Estados Americanos), Pentágono e as fundações privadas. A orientação predominante, no entanto, segue sendo a adequação do ensino às necessidades de recursos humanos do sistema, negligenciando completamente, dessa maneira, a inadequação em relação às necessidades da massa, tanto do ponto de vista do emprego quanto do consumo.

Sem a análise precedente não podemos compreender porque o movimento estudantil tende a se definir politicamente contra o sistema. Se o aumento das matrículas nos últimos anos, principalmente no nível médio e superior, permite mobilizar contingentes sempre maiores de estudantes, conferindo ao movimento *o caráter massivo* que o distingue na década atual, a contradição entre esta expansão e a tendência do mercado de trabalho constitui a base objetiva *desta definição política*. Engajados em um processo de formação que ameaça fazê-lo desembocar na proletarianização e no desemprego, o estudante

latino-americano aos poucos toma consciência do fato de que suas reivindicações universitárias não podem encontrar soluções no quadro econômico em que vive e que, mesmo se satisfeitas algumas demandas, não resolveriam sua problemática profissional. A luta por uma mudança estrutural se impõe ao estudante como uma necessidade e o leva a ocupar cada vez mais firmemente o terreno da luta de classes.

Em consequência, por mais imprecisa que seja a formulação de seus objetivos, os movimentos estudantis latino-americanos não podem mais ser considerados como uma simples massa de manobra mobilizável como no passado por tal ou qual setor das classes dominantes em função de problemas sociais gerais e de diretrizes reformistas abstratas. Estes movimentos têm dado a prova, ao contrário, de uma autonomia crescente em sua estruturação e sua motivação ideológica, e buscam transformações que recolocariam em questão a validade do sistema. A amplitude das tarefas que se fixaram os leva a medir os limites de suas ações e a procurar o apoio de forças capazes de aceitar, e mesmo de realizar efetivamente, a grande transformação a que aspiram: as massas trabalhadoras urbanas e rurais, outro polo da sociedade à qual estes se identificam. Ao mesmo tempo em que se definem como uma força organizada autônoma, fazem de um ideal – a aliança operário-camponesa – um imperativo estratégico.

Os estudantes na luta de classes

As formas que toma este processo de autonomização e de identificação variam consideravelmente em função do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do acirramento das contradições de classe. Estas são cada vez mais condicionadas pelos níveis de organização atingidos pelas forças em conflito. Assim, na Venezuela ou na Colômbia, o movimento estudantil inclina-se mais abertamente para a aliança com os camponeses, as classes médias e o subproletariado urbano do que com o proletariado fabril, e, portanto toma a frente das lutas populares. Na Argentina ou no Uruguai, países

mais industrializados, cuja classe operária aparece necessariamente como o ponto de convergência da luta de classes, é a aliança operário-estudantil que se estabelece prioritariamente. Esta escolha caminha unida a uma concepção mais realista do papel do estudante na luta de classes: o de agitador, que aponta os problemas, e o de força auxiliar na organização das massas para as grandes batalhas.

Até que ponto a correlação de forças no quadro da luta de classes nacional determina o caráter do movimento estudantil? Analisemos brevemente tal questão nos países mais industrializados como o Brasil, a Argentina e o México. Neste último caso, a repressão sistemática e por vezes brutal dos movimentos de massa, em particular da classe operária, privou os estudantes de qualquer referência durante o movimento de 1968. As manifestações de rua, reprimidas abruptamente pelo massacre de 2 de Outubro em Tlatelolco, e a ação das brigadas estudantis, mobilizaram massivamente a opinião pública contra o regime, sem contudo conseguir a estruturação de um movimento de massa capaz de resistir à repressão.

Mesmo que certos dirigentes lúcidos estivessem conscientes de que somente a intervenção da classe operária poderia permitir a continuação da luta e a repercussão do movimento em escala nacional, estes não conseguiram elaborar um esquema ideológico e organizativo capaz de atrair as bases operárias, que por falta de direção própria não tomaram a iniciativa. Na prática, os estudantes se concentraram menos na transformação radical que na reforma do regime e empreenderam a mobilização das classes médias e da população marginal urbana, tomando a liderança do processo. Nestas condições, não puderam resistir ao contra-ataque governamental e o movimento, por ser inviável, retornou ao início. No Brasil, a eliminação das lideranças de massas pela ditadura militar de 1964 golpeou mais o movimento operário, cuja autonomia era relativamente recente, que o setor estudantil, que dispunha de um organismo independente que já tinha dado suas provas: a União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNEB). No quadro do movimento popular, os estudantes foram a primeira

força a se recompor e a retomar a ação política, culminando nas manifestações de 1968. A existência de um importante setor operário, que já se reorganizava a partir de suas bases, levou os dirigentes a assumirem a diretriz da aliança operário-estudantil; a defasagem entre a organização das duas forças os levou a reservar para si, por algum tempo, o papel mais dinâmico. Isto aparece claramente nas declarações de um dos mais prestigiosos dirigentes, Vladimir Palmeira: no apogeu do movimento, ele sinalizava como objetivo a derrubada da ditadura militar e o estabelecimento de “um governo popular que poderia assemelhar-se ao regime cubano”, e, após ter insistido na necessidade de contar com a classe trabalhadora, ele adiciona: “a organização das massas trabalhadoras demandará numerosos anos de trabalho para que possam agir eficazmente quando o momento chegar”⁸.

O movimento estudantil argentino, por sua vez, foi o único setor nitidamente hostil ao governo militar de 1966 desde o início: os sindicatos operários já o tinham aceitado, conservando no essencial suas possibilidades de organização. A FUA (Federação Universitária Argentina), não tendo a solidez estrutural nem a combatividade da UNEB, teve que procurar uma saída e a encontrou no seio dos setores operários mais duramente golpeados pela política econômica do regime, tais como os trabalhadores da cana-de-açúcar de Tucumán; ao mesmo tempo, os estudantes estruturavam organismos de base para remediar a ineficácia da FUA, que, no melhor dos casos, tinha um quadro provincial. As duas tendências apareceram nas manifestações de 1969, um ano depois das manifestações brasileiras e mexicanas. A FUA viu-se completamente ultrapassada pelos acontecimentos, dada a autoridade conquistada pelos organismos locais, que, entretanto, por causa de suas limitações, faziam com que a extensão do movimento dependesse da mobilização operária nacional. É significativo que a partir do momento em que esta mobilização se efetivou, engendrando

⁸ Entrevista A.F.P., II junho 1968.

uma ação operário-estudantil sem precedentes em nenhum outro país, a dinâmica do processo continuou totalmente nas mãos dos trabalhadores.

As experiências variadas que resumimos têm em comum as características já assinaladas a respeito do atual movimento estudantil na América Latina – mobilização massiva e radicalização ideológica –, mas mostram claramente que, assim como estas características não independem da forma de desenvolvimento econômico destes países, o comportamento dos estudantes é uma variável que se inclui no quadro concreto da luta de classes nacional. Em última instância, *os problemas do movimento estudantil, que quer se tornar um fator de transformação social, só podem se resolver fora do movimento – ou seja, a partir das condições de organização e de ação que prevalecem no seio do movimento operário.*

É na medida em que este se estrutura e se radicaliza que o setor estudantil se adapta à função que lhe é reservada na luta política e adquire o grau de eficiência ao qual aspira.

Afirmar que a realização histórica do movimento ultrapassa sua situação particular não implica a subestimação da importância de seu papel político, menos ainda que lhe estejamos atribuindo tarefas particulares ligadas ao seu próprio subdesenvolvimento; ao contrário, isto nos conduz a precisar o sentido de sua ação enquanto setor específico do movimento revolucionário e a ligar as tarefas que lhe incumbem às características afirmadas por sua recente evolução analisada acima.

O caráter massivo do movimento estudantil traz então uma problemática organizativa mais complexa que no passado, e pede uma mudança radical nas relações entre a vanguarda e as bases. As velhas formas de organização, adotadas pelos dirigentes estudantis durante a fase em que eles representavam os interesses de bases limitadas, tornam-se inevitavelmente caducas quando estas aumentam e mudam em virtude da diferenciação dos grupos sociais onde são recrutadas. Nesta etapa torna-se indispensável elaborar esquemas organizativos capazes de integrar as massas enormes dos

colégios e universidades para levá-las a participar da ação prática. Em consequência, a responsabilidade da vanguarda não é mais agir em nome do movimento, mas *de mobilizá-lo organicamente e de propiciar-lhe uma direção política*.

O conteúdo desta direção política, que age dialeticamente na sua capacidade em mobilizar suas bases, não se define abstratamente, mas se estabelece em *função dos fatores que conduziram a radicalização dos estudantes* ao longo dos últimos anos. É neste sentido que a questão universitária cumpre uma função decisiva. É nela que esta radicalização tem origem. Ela se cristaliza na contradição existente entre a reivindicação das classes médias e populares, que pressionam pela ampliação e melhoria do sistema educativo, e os interesses dos grupos dominantes, que visam a seleção e a limitação orçamentária. Isso revela uma contradição mais geral, a saber, o divórcio entre a tendência natural do sistema econômico, que marginaliza progressivamente setores crescentes da população, e as necessidades das grandes massas no que toca ao emprego e ao consumo, contradição que explica o porquê dos estudantes terem orientado sua ação para o terreno da luta de classe.

Se trazer uma resposta válida aos problemas de organização e de ideologia que estão colocados, o movimento estudantil poderá levar a cabo uma política correta, evitando que as lutas populares fiquem subordinadas ao azar das circunstâncias e submetidas ao grau de espontaneidade imperante nos diversos setores que as integram. Orientando suas forças para uma perspectiva claramente revolucionária e forjando uma frente unida com as classes trabalhadoras, os estudantes responderão à sua tarefa: abrir aos trabalhadores suas possibilidades de triunfo que as lutas atuais, de fato, contribuem a criar, mas que estes ainda não conseguem consolidar.